
Licenciamento ambiental para irrigação superficial da orizicultura: elaboração de manual de orientação para o estado do Rio Grande do Sul

Manuela Boucinha Rodrigues^{1,2}, Kátia Helena Lipp-Nissinen¹ (orient.)

1 - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler; 2-Universidade Federal do Rio Grande do Sul; mboucinharodrigues@gmail.com; katiahln@fepam.rs.gov.br

A cultura de arroz no Rio Grande do Sul, de larga importância socioeconômica e nutricional, é realizada, em quase sua totalidade, através do sistema de irrigação superficial. Esse método pode promover grandes danos ambientais, tais como contaminação de recursos hídricos, fauna e humanos por insumos químicos, elevada captação de água, erosão e salinização de solo. Visando proteger e preservar, o licenciamento e a educação ambiental direcionam a adoção de práticas agrícolas mais ecologicamente sustentáveis. Instruções acessíveis e completas a esse respeito e ao cumprimento da legislação devem ser disponibilizadas pelos órgãos ambientais. Colaborando nesse sentido, objetivou-se nesta pesquisa a elaboração de um manual com conceitos, bases legais e informações sobre técnicas e procedimentos de licenciamento e operacionalização das atividades de irrigação superficial. Para tal, foram realizadas revisões da legislação estadual e nacional, da bibliografia técnico-científica e de boas práticas, além de entrevistas semiestruturadas aos profissionais das Divisões de Licenciamento de Culturas Agrícolas e de Licenciamento e Controle de Agrotóxicos, ambas do Departamento Agrossilvipastoril do órgão estadual de meio ambiente - FEPAM/RS. Ademais de elucidar os documentos requeridos e procedimentos a serem, necessariamente, seguidos para o licenciamento, os textos, tabelas e ilustrações editadas no manual descrevem a importância prática do cumprimento das normas para a conservação dos ecossistemas. Como exemplo dos temas enfocados, incluem-se os itens mandatórios do memorial descritivo da propriedade agrícola: barragens, açudes e locais de acondicionamento de produtos perigosos, ex.: óleos, agrotóxicos e outros insumos químicos, e a correta destinação de embalagens vazias. Também são apresentadas as técnicas de manejo e as práticas conservacionistas para proteção do solo, eficiência de uso e reúso da água e outros recursos naturais, demarcação de áreas de preservação permanente e adesão ao Cadastro Ambiental Rural. O empreendedor, devidamente orientado através deste manual, além de contribuir à proteção ambiental, poderá aumentar a segurança jurídica do seu empreendimento, prolongar sua atividade e agregar valor ao seu produto. Assim, o processo de licenciamento poderá ser mais ágil, eficaz, e os impactos sobre os ecossistemas, minimizados. O manual já foi revisado tecnicamente pelas divisões da FEPAM e, em breve, será publicado e disponibilizado ao público-alvo.

Apoio: PIBIC-CNPq/FEPAM